



GOVERNO DE
ABREULÂNDIA
DESENVOLVIMENTO E IGUALDADE PARA TODOS

APROVADO
EM 09 / 02 / 2021
Edna Maria Chaves Brito
Presidente da Câmara Mun. de Abreulândia

**ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA - TO**

PROJETO DE LEI Nº003/2021

De 05 de fevereiro de 2021

**FIXA O VALOR DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL
MUNICIPAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE
SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS
ENDEMIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA, Estado do Tocantins, aprovou, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O piso salarial profissional municipal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é fixado no valor de R\$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, de acordo com o valor do incentivo financeiro federal de custeio.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Abreulândia, Estado do Tocantins, aos cinco (05) dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um (2021).

MANOEL F. MOURA
MANOEL FRANCISCO DE MOURA
PREFEITO MUNICIPAL



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA
PODER LEGISLATIVO

APROVADO
EM 09/02/2021
Ednara Alves Costa
Presidente da Câmara Mun. de Abreulândia

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTES, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 0003/2021

**FIXA O VALOR DO PISO SALARIAL
PROFISSIONAL MUNICIPAL DOS AGENTES
COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE
COMBATE ÀS ENDEMIAS**

Relatoria: Maria Laurinda Inácio de Sousa

Estas Comissões Permanentes, com base no que estabelece o artigo 37 do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta ao Projeto de Lei acima mencionado, o seguinte **PARECER**:

Somos **FAVORÁVEIS A APROVAÇÃO** do Projeto, pois está redigido adequadamente, atende aos preceitos legais e por ser de interesse do Poder Executivo e, por consequência, da municipalidade.

O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, conforme determina a Lei Federal n.º 11.350/2006 alterada pela Lei Federal n.º 13.708/2018.

Desta forma, entre os princípios constitucionais que dão suporte à Administração Pública destacamos o princípio da legalidade, tem-se que a Administração Pública obedecerá aos ditames da lei, o que fundamenta a afirmação de que no âmbito no Direito Público pode-se fazer tão-somente o que lei autorizar e do modo por ela fixado sendo que, desta forma, os servidores municipais que se enquadram nas categorias em epígrafe só perceberão o piso nacional com a devida aprovação legislativa desta matéria que, conforme nossa observação, faz justiça com os agentes que auxiliam na promoção da saúde em nosso município.



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA
PODER LEGISLATIVO

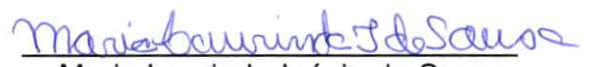
APROVADO
Ednaura Alves Costa
Presidente da Câmara Mun. de Abreulândia

Desta forma, **SOMOS FAVORÁVEIS À APROVAÇÃO** e, neste sentido, com base na legalidade da propositura sob a égide da competência municipal e a relevância pública do assunto, opinamos desta forma inexistindo, portanto, óbice jurídico à tramitação.

À deliberação plenária.

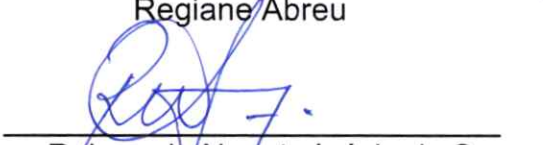
SALA DAS COMISSÕES, 09 de fevereiro de 2021


Leoman Batista Medrado



Maria Laurinda Inácio de Sousa

Regiane Abreu


Francisco de Assis Santos Sousa


Raimundo Nonato Inácio de Sousa


Edilson Dias Negreiros


Monica Pereira de Figueiredo Narciso